

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 7 • 1992

DIRECTOR  
A. M. HESPAHNA

## REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CENCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLU); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLU); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Nota: Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda  
Impressão da capa: Gráfica Eme Silva, Lda  
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Abril de 1992  
Depósito Legal: 49152/91  
ISSN: 0871-7486

### Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P. 1000 Lisboa  
Telefones: 76 08 25 • 797 26 61 • 795 51 40  
Fax: (1) 76 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

### Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa  
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01  
Fax: 347 82 55

# As Cidades Portuguesas nos Finais da Idade Média

A. H. de Oliveira Marques

1. Há muito tempo que se trabalha em Portugal sobre história urbana. Cidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e tantas outras suscitaram o interesse de numerosos historiadores, alguns havidos hoje por clássicos. Em trabalhos como esses a Idade Média achava-se sempre presente e, em alguns poucos casos, com exclusividade até<sup>1</sup>. Mas, para além disso, o surto internacional da história medieval urbana teve o seu reflexo entre nós na última década. Um grupo de historiadores, centrado principalmente em Lisboa, empreendeu o estudo sistemático das cidades medievais, utilizando modelos comparados e servindo-se ao máximo das fontes arquivísticas. Nem se esqueceu o passado islâmico, por vezes tão rico e esclarecedor.

As cidades da Estremadura — na acepção tradicional do termo — têm sido as mais estudadas: grandes e médias cidades como Aveiro, Leiria, Óbidos, Santarém, Abrantes, Tomar, Alenquer, Sintra, Torres Vedras, Lisboa, Setúbal e até pequenas cidades e aldeias como Cascais, Porto de Mós, Rio Maior, Batalha, Esgueira, Pampilhosa, etc.<sup>2</sup> Para Entre-Douro-e-Minho contam-se já também alguns trabalhos importantes, por vezes ainda em curso, para Ponte de Lima, Guimarães, Braga, Porto, Barcelos e outras cidades<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Foi o caso de A. Vieira da Silva, Pedro de Azevedo, G. Matos Sequeira, Marcelo Caetano, Teresa Campos Rodrigues e Gérard Pradalié para Lisboa, de A. Magalhães Basto, Torquato Soares, Carlos de Passos, António Cruz e J. M. Pereira de Oliveira para o Porto, de Paulo Merêa, J. Pinto Loureiro e A. Fernandes Martins para Coimbra, entre os mais importantes (cf. o nosso *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, 1988, pp. 64-76 e 81-82).

<sup>2</sup> Veja-se um resumo da problemática e da bibliografia no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, vol. I, Lisboa, 1990. Alenquer está a ser trabalhada por João Pedro Ferro, Setúbal por Paulo Drumond Braga, Rio Maior por Luís Filipe Oliveira e Esgueira por Maria João Marques da Silva. A Pampilhosa foi estudada por Maria Alegria F. Marques e Porto de Mós e a Batalha por Saul António Gomes.

<sup>3</sup> Conceição Falcão estuda presentemente Barcelos. Para os demais, veja-se o citado *Atlas*.

O Portugal interior e o Algarve são presentemente as regiões menos estudadas. Houve quem se ocupasse de Chaves, da Guarda, de Évora e de Silves, achando-se outras cidades em vias de estudo<sup>4</sup>. Mas tornam-se necessárias muito mais iniciativas, sobretudo quando se pensa na densa rede urbana medieval aí existente, em frequente contacto com Castela, com o norte de África e com o Ultramar em curso de descobrimento. Era o caso de Trancoso, Portalegre, Castelo de Vide, Mértola, Serpa, Moura, etc. ou ainda das cidades portuárias de Tavira, Faro e Lagos, tão relevantes no comércio internacional e na expansão marítima do século XV.

2. As fontes medievais existentes nos arquivos portugueses, embora assaz ricas em número, revelam-se geralmente pobres em variedade e em qualidade. Encontram-se sobretudo cartas de emprazamento, aforamento, arrendamento, doação, venda e escambo, sentenças judiciais e outros registos de propriedade provenientes da Coroa e, principalmente, dos senhorios eclesiásticos. Estas cartas são a nossa fonte número um para a topografia e a toponímia, permitindo reconstituir a rede urbana e analisar a sua densidade, os meios de produção e de distribuição, os preços, a moeda, os pesos e as medidas, as vias de comunicação, etc. Bastante numerosas são igualmente as cartas régias e outros diplomas oriundos do poder central.

Em contrapartida, faltam-nos quase por completo as fontes provindas da cidade propriamente dita. Só se conhecem actas de vereações para quatro cidades — Porto, Loulé, Montemor-o-Novo e Vila do Conde — e com enormes lacunas temporais. Muitos outros textos urbanos desapareceram igualmente: documentos de contabilidade, arquivos judiciais, registos do tabeliado, róis de habitantes ou de contribuintes, listas de besteiros, posturas, etc. Não existem histórias narrativas de cidades. Os textos literários proporcionam dados muito escassos. As fontes epigráficas, sigilográficas e iconográficas mostram-se igualmente pobres ou de todo inexistentes.

Nestes termos, para estudar qualquer cidade do Portugal medievo, é preciso, antes de mais, verificar o que nos dizem as chancelarias régias a seu respeito e estabelecer o rol dos seus mosteiros e conventos para ver se nos deixaram arquivos de algum significado. Em caso negativo, são limitadas as possibilidades de reconstituir a sua história. É o que acontece com várias cidades do Alentejo e do Algarve, regiões onde o número de institutos religiosos foi sempre menor do que no Centro ou no Norte de Portugal.

Por fim, não se esqueça a própria cidade como fonte em si mesma. Muralhas, casas e sobretudo planta continuam a existir, oferecendo possibilidades de trabalho consideráveis.

3. Não é difícil determinar as áreas amuralhadas. Na maioria das cidades medievais portuguesas subsistem as muralhas ou parte delas, sendo relativamente fácil reconstituir o seu traçado restante. Essas áreas indicam uma grande cidade — Lisboa,

---

<sup>4</sup> Beja, por exemplo, está a ser estudada por Hermenegildo Fernandes. Para os outros, cf. mais uma vez o mencionado *Atlas*.

com 103,6 ha de superfície em 1374-75 —, comparável, em tamanho, a cidades médias mas importantes da Europa do tempo, como Salamanca, Dijon, Siena ou Danzig. Indicam depois três cidades médias para Portugal — Évora com 50 ha, Santarém e o Porto com cerca de 45 ha cada uma — e, seguidamente, uma vintena de cidades mais pequenas, entre os 30 e os 10 ha — Leiria, Setúbal, Guimarães, Elvas, Beja, Torres Vedras, Covilhã, Lagos, Braga, Coimbra, Viseu, Abrantes, Aveiro, Óbidos, Tomar, Guarda, Trancoso, etc. No conjunto português, o Sul e o Centro estavam mais urbanizados do que o Norte, onde a concentração de cidades se mostrava menor. O Portugal do século XV era assim um país de pequenas e médias cidades com uma enorme e desproporcionada cabeça.

Embora as cidades da Europa meridional estivessem, em regra, bem delimitadas pela respectiva cerca, incluíam, por vezes, bairros periféricos e arredores que lhes aumentavam a superfície. Era o caso de Lisboa, de Guimarães, de Braga, do Porto, de Évora e de outras ainda. As muralhas do século XIV tentaram, aliás, englobar todos esses bairros e o moderado crescimento demográfico que se seguiu não introduziu grandes alterações no *facies* urbano. Não obstante, e principalmente em Lisboa, o número de aldeias e bairros circundantes da muralha era um facto por volta de 1500.

Sabe-se que o crescimento das paróquias não acompanha de maneira linear o crescimento das cidades a que respeitam. Razões históricas, tradicionais, eclesiásticas e outras podem fazer aumentar ou diminuir o número lógico de freguesias que se esperaria numa cidade em expansão. Foi o que sucedeu em Portugal quanto a Santarém (15 paróquias) ou à Guarda (8 paróquias), com números completamente desproporcionados ao respectivo tamanho. Não obstante, as 23 paróquias de Lisboa testemunhavam bem da sua extensão urbana. Já Coimbra tinha apenas sete paróquias, Évora, Leiria e Braga, cinco e as demais cidades médias, três ou quatro cada qual.

Não existindo em Portugal etnias ou idiomas diferentes entre a maioria da população e não sendo os estrangeiros em grande número, compreende-se que nunca tivessem existido bairros separados para os cristãos. Em contrapartida, judeus e mouros viviam em *ghettos* bem diferenciados, os mouros muitas vezes fora das muralhas. Lisboa tinha uma mouraria e duas ou três judiarias, enquanto outras cidades como Évora, Porto, Leiria ou Santarém as possuíam também. No século XV já não havia mourarias senão no Sul do País, ao passo que as judiarias se espalhavam por todo ele. Mas não se esqueçam as dimensões reduzidas de todos estes bairros, reduzidas por vezes a uma ou duas ruas.

Tratava-se de cidades na sua maior parte rurais. A população vivia sobretudo do consumo e do comércio de cereais, vinho, fruta, hortalças e legumes, cortiça e outras produções dos campos adjacentes, incluindo gado e criação. Havia todos os anos uma feira grande de tipo regional e, frequentemente, feiras mensais, sem falar dos mercados semanais ou quotidianos. Muito comércio se fazia ainda nas tendas, instaladas lado a lado umas das outras. Vendia-se igualmente nos celeiros, adegas, lagares, quintas e casas senhoriais. Já se praticava um sistema de preços, comandado

pelo do trigo, e dependente de colheitas, da especulação e de catástrofes nacionais, regionais e locais, fixando-se mesmo «preços médios» para avaliações. As necessidades comerciais levaram a uma relativa uniformidade de pesos e medidas por grandes regiões, baseadas no moio de 56 a 64 alqueires.

Contudo, não se exagere a «ruralidade» das cidades portuguesas. Por um lado, havia centros urbanos dedicados a outras actividades, mais importantes ou tão importantes como a agricultura, ou suficientemente importantes para constituírem formas de viver lucrativas. Lisboa, claro está, era uma cidade muito complexa de comércio, artesanato e serviços, bem como um centro rural e marítimo. O Porto, no Norte, e Setúbal ou Lagos, no Sul, eram cidades onde o tráfico marítimo e a pesca pesavam certamente mais do que as produções da terra. E Guimarães, no Norte interior, tinha uma componente artesanal superior à agrícola. Por outro lado, mesmo nas cidades tipicamente rurais, nunca faltava um número grande de actividades de artesanato ligadas à vida quotidiana — alimentação, vestuário, habitação — e de serviços em relação com a vida administrativa — administração régia, senhorial, eclesiástica ou municipal.

Conhecem-se em geral bem os regulamentos gerais das cidades, contidos nas cartas de foral outorgadas pelo rei e pelos senhores, na sua maioria durante os séculos XII e XIII. Estes forais, estereotipados em grande número dos seus artigos, derivavam de modelos mais peninsulares do que portugueses, não sendo grande o contributo que trazem ao conhecimento da especificidade das nossas cidades. De muito maior importância se revestem as posturas locais, infelizmente em número bastante reduzido. Outros regulamentos podem ainda ser de algum préstimo, como, por exemplo, os forais da portagem de Lisboa, relativos aos séculos XIV e XV.

O quadro eclesiástico é-nos também conhecido. Havia nove sedes de diocese — Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves — e, na maioria dos outros centros urbanos de algum relevo, existiam colegiadas anexas às principais igrejas, bem como conventos de mendicantes. Torna-se possível calcular o número mínimo de religiosos, de curas e de beneficiados, ficando-se assim com uma ideia aproximada da população eclesiástica. Estudos sobre oragos, peregrinações, romarias e centros de culto não são igualmente difíceis de empreender.

A vida assistencial e benéfica está-nos também patente. Conhece-se, em geral, o número de confrarias, albergarias, hospitais, gafarias e outros estabelecimentos benéficos. Todos eles se achavam muito difundidos na Baixa Idade Média portuguesa, sobretudo os hospitais de que houve, só em Lisboa, 49. Contudo, os números escondem uma realidade complexa de práticas assistenciais muito mais difíceis de analisar. Foram já publicados e estudados compromissos de confrarias, mas mais em relação com pequenas cidades e aldeias do que com as cidades importantes.

4. Em contrapartida, outras temáticas levantam problemas de difícil resolução. A demografia, por exemplo. Antes de 1527 só se conhecem fontes indirectas para os cálculos da população. Obtêm-se dados sobre a população relativa, visto existirem, para diferentes épocas, números de tabeliães e indicação dos impostos que tinham a

pagar, róis de besteiros do conto e outros indicadores, sem dúvida muito importantes mas pouco eficazes para cálculos absolutos. Há exceções quanto a Braga, para onde se conhece o número de fogos em 1477 ou para Torres Vedras, que nos faculta os fogos contribuintes para 1309 e 1381. Para Ponte de Lima, existe o número de casas habitadas. Úteis também se mostram as áreas amuralhadas, utilizando os cálculos de densidade propostos por diversos autores para as cidades da Europa meridional.

A propriedade não é conhecida com rigor. Fala-se muito do predomínio da Igreja e do rei na divisão da propriedade urbana mas é raro que se indiquem as percentagens reais de cada património, quer em área quer em valor. Aliás, quanto mais se analisam as fontes, mais se atenta na relevância do património alodial de mercadores, artesãos, clérigos, funcionários, etc. Eles próprios o emprazavam e alugavam a outros, incluindo a Igreja, o rei e a nobreza. Aliás, a distribuição da propriedade variava de cidade para cidade. Numas, o monarca era indubitavelmente o senhor mais importante. Noutras, eram as ordens religiosas ou o cabido da Sé os donos incontestáveis. Noutras ainda, levavam a primazia os vizinhos locais. A Câmara tinha igualmente a propriedade de casas, ruas, praças e baldios. Em todos os casos, a propriedade urbana estava longe de imóvel. Era comprada, vendida, escambada, emprazada, aforada, segundo ritmos que se conhecem ainda mal mas que poderão ajudar-nos a compreender a história económica local, regional e mesmo nacional. Tudo indica que o investimento em prédios urbanos era considerado uma operação rentável e assizada.

Tudo isto nos leva a outra questão delicada, a das rendas. Ignora-se o conjunto das rendas urbanas que o senhor da cidade recebia anualmente. Só são conhecidas as rendas episcopais e para um único ano. Existem fragmentos de contas que ajudam a reconstituí-las ou a sugeri-las para esta ou aquela ordem religiosa, este ou aquele cabido, o rei e a rainha, mais raramente o concelho. Mas o todo mostra-se incompleto, impreciso, pouco satisfatório.

Os grupos sociais escapam igualmente a definições rigorosas. Se, quanto à alta nobreza, se põem poucos problemas, visto que raras vezes residia nas cidades — não se esqueçam, todavia, Lisboa e cidades senhoriais como Barcelos ou Sintra onde os grandes senhores estavam presentes —, já para a média e pequena nobreza existem cálculos a fazer e características a precisar. Fidalgos, cavaleiros, escudeiros e criados residiam permanentemente na maior parte das cidades, onde por vezes davam origem a linhagens. Mesmo que não fossem numerosos — na Covilhã, em 1496, constituíam cerca de 1% da população, na Guarda, 0,5%, em Castelo Branco, 1,2%<sup>5</sup> — eram influentes e tinham as suas clientelas locais. A alcaldaria cabia-lhes, aliás, sempre, o que os apontava como representantes da realeza.

Os antigos cavaleiros-vilãos, tão típicos da «Reconquista», formavam o estrato superior do «povo» urbano. Mas nos séculos XIV e XV chamavam-se antes cidadãos,

---

<sup>5</sup> Cf. João José Alves Dias, *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, 1988, pp. 20-29.

ou simplesmente cavaleiros e escudeiros, o que dificulta a sua identificação plebeia. Aliás, tal identificação desaparecera frequentemente já, dado o esbatimento das diferenças que os separavam das camadas inferiores da nobreza. Eram proprietários rurais, mercadores de vulto, às vezes clérigos e funcionários, vivendo em grande parte de rendas e ocupando a maioria dos cargos municipais. Controlavam a cidade. Todavia, se nos são claros os traços gerais que os definiam, estamos longe de conhecer pormenores e variações locais. Ao que parece, a sua rigidez como classe estava em relação directa com o tamanho da cidade, mostrando-se mais reduzidos os seus privilégios e monopólios nos núcleos pequenos. Também se torna difícil encontrar percentagens no conjunto dos habitantes. E os laços familiares escapam-nos quase sempre, sendo necessário multiplicar as investigações e as genealogias para precisarmos a sua abertura como classe, conhecermos as suas alianças sociais e definirmos as linhagens radicadas ao longo dos séculos XIV e XV.

O mundo dos clientes, dos artesãos e dos proletários também é mal conhecido. Será necessário, primeiramente, estabelecer longos róis de nomes, extraídos sobretudo das testemunhas nos documentos judiciais, nos contratos e noutros textos que as contenham. Mas onde encontrar os proletários, que não tinham normalmente categoria social para testemunhar? E que dizer dos pobres, dos desempregados, dos vagabundos, de quem se fala indirectamente ou de uma maneira geral?

Mesmo sobre a participação dos artífices no governo das cidades, da qual se conhecem as grandes linhas, faltam-nos mais rigor e maior número de exemplos. Não se esqueça uma vez mais que, nas cidades pequenas, a questão não era a mesma. Aí, não havia muitas vezes distinção nítida entre cidadãos e artesãos. O pequeno número de habitantes forçava uma intervenção de todos nas assembleias e nos ofícios municipais.

No que respeita à administração local, a grande dificuldade reside antes na escassez de textos oriundos das câmaras. Já se acentuou que, para quase todas as cidades portuguesas medievais, desapareceram por completo as actas das vereações. Percebem-se assim mal o mecanismo dos actos municipais, os problemas em discussão, as soluções encontradas, o número de participantes, a renovação dos cargos, etc., etc. O alargamento das câmaras com a introdução de dois ou três novos membros — os vereadores —, facto capital na história administrativa do século XIV, só está datado para um pequeno número de cidades. O desdobramento de alguns cargos e a criação de outros, o que permite compreender a complexidade crescente da vida urbana, só são satisfatoriamente conhecidos para dois ou três casos. E assim por diante.

A cultura das cidades constitui outro problema. Para as duas cidades universitárias — Lisboa e Coimbra — tem-se alguma ideia — vaga, aliás — das questões culturais ao nível do ensino superior. Mas faltam os efectivos de estudantes e conhecem-se mal os aspectos da vida quotidiana universitária. Para as nove cidades diocesanas, sabe-se que havia escolas catedrais mas não se tem ideia dos aspectos práticos do ensino respectivo. Em algumas cidades — Lisboa, Coimbra, Santarém, Porto,

Guimarães, mesmo Alenquer e Batalha — existiam também escolas conventuais, muito numerosas em Lisboa. Quanto a mestres particulares, escapam-nos de momento quase todos. Poder-se-á eventualmente ir mais longe utilizando os róis de testemunhas já mencionados.

Fora das escolas «oficiais», o panorama cultural é ainda mais sombrio. Que «vida cultural» existia nas cidades portuguesas nos séculos XIV e XV? Sabe-se que se traduziam livros e partes de livros, que se produziavam algumas obras originais e que se vendiam e faziam circular uns e outros. Mas os *scriptoria* e as «escolas» paleográficas, bem como o número e os nomes dos escribas são praticamente desconhecidos. Por desenvolver está a história das bibliotecas «públicas» e particulares, feita a partir de uma análise mais completa dos textos, sobretudo dos testamentos. Em Lisboa, Coimbra, Évora, Braga, Viseu, Óbidos e Beja, a documentação permitiu já encontrar fundos de biblioteca importantes, pertencentes às sés, aos mosteiros, às igrejas, ao rei mas também a indivíduos vários, mesmo a leigos.

O papel desempenhado pela corte régia carece também de desenvolvimento. Itinerante como era, a corte tocava, no seu ambiente cultural, não só as cidades principais mas também os centros mais pequenos e menos habituados a contactos desse género. Muito dependia dos monarcas e das suas preferências. O mesmo se diga de algumas cortes senhoriais, tanto laicas como eclesiásticas.

Não se esqueçam, por fim, outros tipos de «cultura», mais populares e mais técnicas, por exemplo a dos físicos e a dos boticários, a dos mercadores e a dos almocreves, a dos marítimos e a dos pescadores. E não se esqueçam igualmente as tradições culturais presentes nos cancioneiros, nos contos e nas lendas, transmitidos, e por vezes aumentados e adulterados, de geração em geração. As visitas de «companhias» de jograis, muito pouco conhecidas, eram outra fonte de vida e de transmissão cultural.

Reconstituir os monumentos destruídos coloca igualmente problemas. Os vestígios do presente e as fontes documentais só raramente dão a imagem do interior ou até do exterior dum mosteiro ou duma igreja do XIV ou do XV século. A iconografia não abunda mas é preciso, mesmo assim, utilizá-la mais e com maior profundidade. Tanto castelos como muralhas, portas e torres no que respeita à arquitectura militar, e palácios, mansões burguesas, chafarizes e fontes no que respeita à arquitectura civil são-nos ainda pouco conhecidos, devendo estar sempre presentes num estudo de história urbana.

Por sua vez, a vida quotidiana não é fácil de apreender. Se se conhecem os aspectos gerais relativos à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde e à higiene, aos divertimentos, ao amor e ao sexo, ao culto religioso, à morte, etc., colocam-se problemas quanto à sua relação directa com o meio urbano. Há aqui muito trabalho a fazer, embora as fontes possam prestar-nos alguma ajuda, se convenientemente interrogadas.

Finalmente, relevem-se alguns outros temas mais «modernos» e ainda incipientes na sua análise. Seja o caso do aspecto da cidade — cidade em altura, cidade em

extensão, perfil, cidade de chaminés, cidade de janelas, cidade de terraços ou de telhados. Seja o caso da cor da cidade — cidade de casas caiadas ou pintadas de cores várias, cidade sombria de granito, cidade de muralhas brancas ou de cor. Seja ainda o caso do cheiro da cidade — cheiros predominantes, cheiros diversificados, cheiros «industriais», cheiros das massas populares, cheiros rurais, cheiros variáveis consoante as estações — ou do ruído da cidade — ruídos de bestas cavалares, muares e asnais, ruídos de carroças, ruídos de cães, de gatos e de gados, ruídos «industriais», ruídos de gentes —, ou da vida quotidiana mais ou menos homogénea na sua caracterização.